

A materialidade dos acervos históricos e o trabalho de preservação digital: o caso do Repositório Digital Tatu

Alessandro Carvalho Bica¹
Simôni Costa Monteiro Gervasio²
Tobias de Medeiros Rodrigues³

The materiality of historical collections and the work of digital preservation: the case of the Tatu Digital Repository

La materialidad de las colecciones históricas y el trabajo de preservación digital: el caso del Repositorio Digital Tatu

Resumo

Este artigo busca problematizar as relações, desafios e tensões presentes no campo da História da Educação sobre a materialidade dos documentos e de acervos históricos, bem como as estratégias de preservação por meio dos acervos digitalizados. A proposta é discutir a preservação e acessibilidade por intermédio da digitalização das fontes, procurando por estratégias para oferecer aos pesquisadores extratos de materialidade dos documentos. Para tal, será discutido o trabalho do Repositório Digital Tatu, criado no âmbito da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA), e as estratégias para oferecer o máximo possível de informações para a viabilização de pesquisas, com o suporte do digital, proporcionando maior acesso e preservação das fontes.

Palavras-chave: *Fontes históricas; Materialidade; Digitalização; Repositório Digital Tatu.*

1 Doutor em Educação. Professor e Diretor do campus Bagé da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA). E-mail: alessandrobica@unipampa.edu.br

2 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: simoni.cm87@gmail.com

3 Doutorando em Educação e Tecnologia pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). E-mail: tobiasmedeiros@gmail.com

Abstract

This article seeks to problematize the relationships, challenges and tensions present in the field of History of Education on the materiality of documents and historical collections and preservation strategies through digitized collections. The proposal is to discuss preservation and accessibility through the digitization of sources, seeking strategies to offer researchers extracts of materiality from documents. To this end, the work of the Tatu Digital Repository, created within the scope of the Federal University of Pampa (Unipampa), by the Research Group on the History of Education, Digital Repositories and Historical Collections (PHERA) and the strategies to offer the maximum possible information for the feasibility of research, with the support of digital, providing greater access and preservation of sources.

Keywords: *Historical sources; Materiality; Digitization; Tatu Digital Repository.*

Resumen

Este artículo busca problematizar las relaciones, desafíos y tensiones presentes en el campo de la Historia de la Educación sobre la materialidad de los documentos y colecciones históricas y las estrategias de preservación a través de colecciones digitalizadas. La propuesta es discutir la preservación y la accesibilidad a través de la digitalización de las fuentes, buscando estrategias para ofrecer a los investigadores extractos de materialidad de los documentos. En este sentido, el trabajo del Repositorio Digital Tatu, creado en el ámbito de la Universidade Federal do Pampa (Unipampa), por el Grupo de Investigación en Historia de la Educación, Repositorios Digitales y Colecciones Históricas (PHERA) y las estrategias para ofrecer la máxima información posible para la factibilidad de la investigación, con el apoyo de lo digital, brindando un mayor acceso y preservación de las fuentes.

Palabras clave: *Fuentes históricas; Materialidad; Digitalización; Repositorio Digital Tatu.*

Introdução

O fazer historiográfico está diretamente ligado à possibilidade de acesso a documentos que, preservados pelo tempo e pela ação do homem, apresentam os vestígios necessários para interpretações possíveis do passado. Neste sentido, este artigo busca uma problematização sobre a relação entre a materialidade das fontes históricas e suas possibilidades de preservação e difusão, por meio dos repositórios digitais, tendo como base a discussão e o trabalho realizados no âmbito do Repositório Digital Tatu, criado pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA), vinculado à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Bagé/RS.

Neste sentido, inicia-se a discussão sobre a perspectiva do trabalho do historiador a partir de inferências de documentos, conforme De Luca (2021, p. 8): “É graças aos vestígios e aos indícios que chegaram até o presente que os pesquisadores podem propor explicações sobre o que passou”. A autora também destaca que a História pode ser reescrita na medida em que novas perguntas e interpretações são feitas a partir das fontes históricas. “Se o passado não pode ser modificado, a compreensão do que ocorreu, a interpretação e os sentidos que lhes são atribuídos não são fixos e imutáveis, pelo contrário, alteram-se significativamente ao longo das gerações” (DE LUCA, 2021, p. 9).

Assim, o trabalho do historiador está atrelado e baseado nas possibilidades visíveis a partir dos documentos históricos, “[...] nos traços que foram deixados, nos vestígios não apagados, que dizem algo sobre a vida das pessoas e sobre as relações que elas estabeleceram entre si” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 10). As fontes, nesse sentido, são entendidas como uma forma de abordar o passado e a sua preservação e difusão, assume a centralidade da discussão quando se considera que a História é capaz de reconstruir o passado a partir dos vestígios não apagados ou perdidos.

Galvão e Lopes (2010) problematizam as fontes como a matéria-prima do historiador e entendendo como “tudo aquilo que o homem produz – seus gostos e costumes, suas maneiras de ser – e tudo o que significa a sua presença” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 67). Além disso, as fontes permitem a escrita da história, por meio do trabalho de compreensão e interpretação. Saviani (2004) também contribui para a definição de fonte ao dizer que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (SAVIANI, 2004, p. 5)

Na esteira da problematização das fontes e sua importância para a História da Educação e para os historiadores está a sua materialidade e preservação. É neste sentido que se iniciam os debates sobre os acervos digitais como uma possibilidade de preservação, com a inclusão de estratégias que ofereçam extratos de materialidade aos pesquisadores que, mesmo ao não manusear os originais dos documentos, precisam ter uma clara compreensão dos contextos de produção, circulação e características palpáveis das fontes em que estão pesquisando. Essas características podem ser definidas, conforme Brasil e Nascimento (2020, p. 201), como a “gama de propriedades organolépticas (a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, a maciez, o som, o sabor etc.) que, de fato, podem ser determinantes na descrição de determinadas fontes históricas”.

Assim, considerando que um acervo histórico carrega em si mesmo vestígios da criação do conhecimento, desempenhando a função de testemunha ocular dos processos utilizados para a transmissão de informações, é por meio dele que se pode resgatar histórias dispersas em fragmentos. Portanto, argumenta-

se sobre a importância de estratégias para evitar o risco de perda de fontes por uso inadequado, falta de preservação ou segurança.

Antes de passar para a discussão sobre as possibilidades de preservação e difusão das fontes históricas por meio dos acervos digitais, é importante uma ressalva: digitalizar fontes e documentos históricos não significa deixar de cuidar e problematizar a salvaguarda dos seus originais. Ao contrário, a digitalização significa uma oportunidade de diminuição do manuseio dos originais e, assim, atua para sua preservação ao mesmo tempo em que garante o acesso e circulação do material para fins de ensino e pesquisa. Porém, é sempre necessário não perder de vista que os documentos digitais também podem enfrentar problemas tecnológicos, os quais podem impactar na preservação. Nesse sentido, a manutenção dos originais representa a garantia de que nada será perdido. Dessa forma, para além da simples discussão sobre a importância da materialidade dos documentos históricos, cabe destacar que a união de estratégias de preservação, lançando mão de todos os recursos possíveis, parece ser a estratégia mais adequada.

O tema da salvaguarda dos documentos históricos, suas estratégias, métodos e objetivos, no entanto, não serão tratados neste artigo por entendermos sua complexidade e necessidade de discussão adequada e centralizada.

Materialidade, preservação e compartilhamento de fontes históricas

Acervos históricos são, em sua maioria, constituídos de livros, mapas, fotografias, obras de arte, revistas, manuscritos e, mais recentemente, de mídias digitais como CD, DVD, pen drive etc. Ainda assim, a maioria dos acervos utilizam o papel como suporte da informação e, em vista disso, adotar medidas para estabilizar ou amenizar os processos de degradação do acervo, prolongando o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações, é um dos objetivos primordiais para a preservação e perpetuação do conhecimento.

A preocupação com a conservação de acervos bibliográficos e documentais que utilizam, principalmente, o papel como suporte tem fomentado o questionamento sobre a necessidade e importância de se pensar em preservação. O termo preservação é entendido aqui como os procedimentos que têm como meta o retardamento ou a prevenção da deterioração ou dos estragos ocorridos em documentos históricos pela ação do tempo.

No caso do suporte em papel, isso ocorre por intermédio do controle do meio ambiente, das estruturas físicas e dos acondicionamentos que possam mantê-lo numa situação de guarda estável. Silva (1998) defende que a preservação depende de ações e determinação no amparo da documentação presente nos acervos/arquivos, por isso

[...] deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria então, toda ação que se dedica a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. (SILVA, 1998, p. 9)

Já a conservação diz respeito às ações preventivas, as quais têm por objetivo preservar a integridade física das obras. Segundo Zúñiga (2002, p. 73-74): é “o conjunto de ações que visam prevenir os danos sofridos pelo acervo como um todo, minimizando a deterioração dos documentos”. Considerada como uma atividade de rotina, a conservação acaba, muitas vezes, sendo negligenciada. Diante desse fato, a conservação e a preservação devem ser entendidas como formas de garantir o acesso à informação do passado pela sociedade do presente e do futuro.

Neste ponto, percebe-se um antagonismo entre os profissionais responsáveis pela guarda dos patrimônios documentais: não se pode disponibilizar o documento original sem que esse fique ausente dos riscos de deterioração com o manuseio, mas se as obras ficarem fora do alcance das comunidades de interesse, a quem essa informação contida nos materiais resguardados vai

contribuir? Com base nesse paradoxo, a digitalização pode representar um caminho para disponibilizar a informação para o uso corrente, sem comprometer a degradação do original.

No mesmo sentido e a partir do advento da tecnologia, da experiência com a pandemia da Covid-19, que repentinamente fechou por completo acervos, bibliotecas e escolas, impossibilitando o acesso às fontes documentais e a continuidade de inúmeras pesquisas que utilizavam acervos salvaguardados nesses espaços, passa-se a discutir a possibilidade de acesso instantâneo à informação, sem ser necessário ir, presencialmente, até os centros de documentação. Assim, o suporte digital, com sua praticidade e acessibilidade da informação, parece representar uma alternativa de preservação, conservação e difusão fundamental para pesquisadores, professores e alunos. Nesse seguimento, Pires e Amorim (2020), ao argumentar a digitalização como um processo facilitador para o trabalho de pesquisa, destacam o uso das ferramentas digitais como uma alternativa crucial nos casos em que o acesso aos acervos físicos está impedido:

Considerando o cenário mundial da pandemia do Sars-Cov-2, que temos enfrentado desde março e que fez com que todos os estabelecimentos de pesquisa fossem fechados por tempo indeterminado, são não só o trabalho de digitalização e distribuição dos materiais por parte dos arquivistas de diversas instituições, mas também os acervos e repositórios online, que têm contribuído para continuar o trabalho dos pesquisadores. Diversos espaços de guarda têm se valido da digitalização e envio dos documentos pelo menos até que as atividades sejam retomadas e os locais reabertos ao público. (PIRES; AMORIM, 2020, p. 6)

Para os autores, a disseminação dos acervos digitais permite a ampla disseminação dos documentos e acervos. No entanto, é necessário pensar em espaços digitais seguros e, ainda, buscar estratégias de financiamento e disponibilida-

de de pessoal para a execução do trabalho de digitalização. Segundo Greenhalgh (2011) é importante termos ciência que:

A digitalização deve ser vista como forma de preservação do material e não como meio de descarte dos originais. As atividades como higienização, conservação e controle do ambiente e equipamentos devem ser colocadas como primárias no setor. Ou seja, a digitalização, ao invés de dispensar o acervo de cuidados mais criteriosos, exige um reforço na preservação do mesmo. (GREENHALGH, 2011, p. 3)

Desta forma, a digitalização parece representar a democratização do conhecimento como um processo pelo qual o acesso à informação e a disseminação do conhecimento ocorrem sem obstáculos ou discriminação. Por esse ponto de vista, cada indivíduo tem a oportunidade de lutar pela emancipação em vários aspectos de sua vida, seja social, político ou econômico.

Até então, a digitalização apresenta-se como uma estratégia fundamental tanto para a preservação, como conservação e difusão das fontes históricas, uma vez que, ao transformar os documentos em objetos digitais, ficam a salvo da necessidade de manuseio, da ação das questões climáticas e, como consequência, da ação do tempo. Aliás, além de estarem disponíveis na rede mundial de computadores, os materiais estão à disposição para consulta em qualquer período e espaço. Logo, a ampliação das possibilidades de pesquisa é proporcional à possibilidade de preservação dos originais. No entanto, ao interagir com um documento digital, não é possível manuseá-lo, senti-lo, percebê-lo em sua materialidade e contexto. Essas são algumas questões centrais para o desenvolvimento de pesquisas em História da Educação, que, com rigor metodológico e epistemológico, não podem deixar de pensar nos meios de produção, circulação e apropriação desses documentos pelos sujeitos que os produziram e preservaram.

Mesmo que o digital não ofereça aos pesquisadores a materialidade do documento histórico, neste artigo defende-se a adoção de estratégias para agregar aos documentos extratos de materialidade. Tal procedimento pode ser realizado por meio da descrição detalhada do documento, incluindo o tipo de papel, tamanho do documento, número de páginas, estado de conservação, lugar em que foi localizado, onde é feita a salvaguarda do original e toda e qualquer informação adicional possível de ser percebida durante o manuseio do arquivo e que pode interessar ao pesquisador. Todas essas informações fazem parte dos cuidados que qualquer documento precisa receber ao passar pela triagem, limpeza e catalogação para compor um acervo digital, podendo ser disponibilizadas na ficha catalográfica digital, gerada pelo acervo e anexada ao documento.

Embora as informações prestadas não substituam a materialidade do documento, elas ampliam a experiência do pesquisador com o documento. Assim como, representa mais uma estratégia do digital em contrapartida aos questionamentos levantados sobre a potencialidade de uso de documentos digitais com segurança e rigor metodológico nas pesquisas em História da Educação.

O Repositório Digital Tatu

Alinhado à perspectiva de preservação e conservação, emerge o Repositório Digital Tatu⁴. Ele tem como objetivo ser um ambiente digital para preservação da memória de ensino, além de proporcionar o livre acesso a fontes de História da Educação, incluindo livros, documentos, periódicos educacionais, cartilhas de alfabetização, imagens e quaisquer fontes históricas relevantes. Assim como, o Repositório destina-se à pesquisa e à aprendizagem em diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, proporciona o acesso livre aos

⁴ Para informações sobre o histórico de criação e trabalho do Repositório Digital Tatu, ver: Bica, Rodrigues e Gervasio (2019).

mais variados tipos de documentos históricos.



Figura 1 – Tela da página inicial do Repositório Digital Tatu (print).

Fonte: Repositório Digital Tatu (2022).

Antes, no entanto, de explorar o trabalho desenvolvido pelo Repositório Digital Tatu, faz-se importante a compreensão da construção histórica e conceitualização dos repositórios digitais. Nesse sentido, Rodrigues (2020) destaca que:

os repositórios digitais surgiram na década de 1990 com a difusão do “Movimento Acesso Aberto”, que foi uma reação aos altos preços cobrados pelo acesso aos periódicos científicos, ou seja, a filosofia do acesso aberto ao conhecimento científico surgiu da dificuldade das bibliotecas universitárias de todo o mundo em manter atualizadas as assinaturas das coleções de periódicos

científicos. (RODRIGUES, 2020, p. 68)

Assim, o autor aponta que os repositórios digitais surgiram voltados “para a divulgação e a preservação da produção científica e intelectual, [...], no entanto, estes evoluíram passando a ser utilizados também para fins de guarda, sobretudo para os documentos arquivísticos digitais” (RODRIGUES, 2020, p. 68).

Na mesma esteira, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) aponta que:

Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. (BRASIL, 2019)

Sobre o trabalho e o formato de um repositório digital, Zucatto e Ribeiro Jr. (2014) descrevem-os como coleções de informação digital, em diferentes formas e com distintos propósitos, apresentados como uma possibilidade de armazenamento para diversos formatos de mídias e tipos de arquivos. Para os autores, alguns critérios precisam ser atendidos para a categorização de um site como repositório digital:

Ser uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, depositada com o material; Publicada com padrões tecnológicos aderentes a normas técnicas de preservação digital (como as definições estabelecidas pelo modelo Open Archives e o modelo OAIS); Mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental, setor privado, ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso, a distribuição, a

interoperabilidade e o arquivamento em longo prazo.
(ZUCATTO; RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 4)

Pires e Amorim (2020) também contribuem com uma conceitualização sobre os acervos e repositórios digitais, apresentando-os como espaços institucionais criados “no intuito de preservar a documentação, reduzir distâncias, ampliar o acesso, dar visibilidade ao que está sendo, ou mesmo que já foi produzido pelos sujeitos e até contribuir para a produção do conhecimento” (PIRES; AMORIM, 2020, p. 7).

Assim, na medida em que o Repositório Digital Tatu publica versões completas de obras que possuem livre acesso, utiliza recursos tecnológicos adequados para o trabalho de digitalização, com o diferencial de optar por *software* de licença livre, é mantido por um grupo de pesquisa vinculado a uma Universidade Federal e tem como objetivo promover o acesso e a difusão das fontes históricas com que trabalha, pode-se perceber que o Repositório se enquadra perfeitamente na descrição proposta pelos autores.

Ao mesmo tempo, alguns outros procedimentos são executados durante o processo de digitalização realizado pelo Repositório Digital Tatu que, além de organizar o fluxo de trabalho, auxiliam no processo de institucionalização do acervo. Assim, a atividade é organizada em processos de triagem, catalogação, limpeza e digitalização dos materiais, seguindo algumas questões que são fundamentais para dar qualidade, segurança e agilidade ao trabalho. Esses processos auxiliam também na garantia de segurança do documento, tanto em relação à conservação, como também na oferta de informações seguras aos pesquisadores, os quais podem ter a tranquilidade de saber que as imagens digitalizadas não passaram por nenhum tipo de manipulação.

Dessa forma, entende-se a necessidade de detalhar cada processo, com o intuito de demonstrar as ações realizadas e sua importância no processo de digitalização das fontes.

Inicia-se pela triagem, a qual tem como tarefa avaliar os documentos e submetê-los aos critérios de publicação, como a quantidade de páginas. Isso ocorre porque são priorizados documentos com até 100 páginas com o objetivo de agilizar o processo de digitalização e preservar o espaço online disponível para armazenamento dos arquivos.

A etapa seguinte, de catalogação, realiza a identificação da categoria do documento (livro, livreto, revista, acervo iconográfico etc.). Outras informações, como tipo, área, data, páginas, palavras-chave, formato, tamanho, estado de conservação são inclusos em uma planilha do *Google Docs* para gerar automaticamente a ficha catalográfica de cada documento, que é impressa e anexada ao documento original e incluída no documento digital.

A etapa seguinte é a de limpeza do documento para remoção de todas as impurezas presentes. Após esse processo, é iniciado o trabalho de digitalização, respeitando todas as páginas do documento (inclusive as em branco) e atentando-se para que o arquivo gerado não perca nenhum detalhe do original e tenha resolução adequada para a leitura, em alinhamento com o que é proposto por Brasil e Nascimento (2020) sobre os cuidados necessários no processo de digitalização, pois “qualquer tipo de erro, negligência ou até mesmo má fé no processo computacional pertinente à digitalização será determinante no processo historiográfico” (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 201). Os autores alertam que

para além da produção dos documentos primários digitais exclusivos que todos nós estamos produzindo neste exato momento, por meio de e-mails, redes sociais, plataformas de busca etc., a história precisa refletir também sobre a digitalização das fontes e os impactos das ferramentas digitais no trabalho do historiador. (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 200)

E, nesse sentido,

Quando um registro histórico — seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro etc. — converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial. Apesar de a informação contida na fonte continuar “sendo a mesma” — no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico —, podemos dizer que a modificação na “materialidade” da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida. (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 201)

Para os autores, neste ponto, o documento histórico passa por um processo de “rematerialização”, com a criação de uma cópia digital de um objeto real que

exige uma forma relativamente fixa, em termos de um conteúdo estável, uma procedência e um contexto que assegurem que a digitalização foi bem-sucedida: a inteireza do conteúdo necessita de fato estar presente na cópia digitalizada, aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia. (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 201)

Logo, há a garantia da veracidade do documento, livre de qualquer alteração digital.

O processo de digitalização do Repositório Digital Tatu é realizado com o aplicativo gratuito *NoteBloc*, o qual permite que as páginas do documento sejam fotografadas, alinhadas e recortadas, gerando um arquivo compatível com o formato adotado no repositório. É importante destacar, nesse ponto, a opção pelo uso de apenas soluções gratuitas, fato que permite que novos repositórios sejam criados, sem a necessidade de financiamento ou grandes investimentos, popularizando o acesso. Entre as soluções utilizadas no Repositório Digital Tatu, pode-se citar: o *WordPress*, um aplicativo de sistema de gerenciamento de conteúdo para web, escrito em PHP com banco de dados *MySQL*,

voltado principalmente para a criação de sites e blogs via web; o plugin para *Wordpress*, *3D FlipBook* que consiste na versão gratuita do plugin capaz de simular o processo de abertura (folhear) de livros; o *Google Drive*, serviço que permite o armazenamento de arquivos na nuvem do *Google*; as *Planilhas Google*, utilizadas para catalogação do exemplares e para gerar ficha catalográfica com código de barras; o aplicativo para Android *NoteBloc*, utilizado para digitalizar os exemplares, considerando que o software já faz correções de brilho contraste e perspectiva da imagem; e o *LibreOffice*, editor de texto livre, utilizado para montar os PDFs das obras digitalizadas.

Após todos os procedimentos e com auxílio dos programas e aplicativos, o documento está pronto para publicação, podendo ser visualizado online ou baixado, além de estar preservado e acessível irrestritamente para o pesquisador interessado de qualquer parte do mundo. A opção por detalhar os procedimentos para digitalização das fontes do Repositório Digital Tatu, bem como a exemplificação dos programas e aplicativos utilizados visam demonstrar a potencialidade de um trabalho interdisciplinar, realizado no interior de uma universidade pública, com possibilidade de ser replicado por outros grupos, sem a necessidade de grande investimento, e aproveitando o potencial de alunos universitários de graduação e pós-graduação em um exercício de entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão.

Fluxo de Publicação no Repositório Digital Tatu



Figura 2 – Fluxo de publicação no Repositório Digital Tatu.

Fonte: Rodrigues (2020, p. 86).

Sobre o trabalho do Repositório Digital Tatu, Rodrigues (2020) destaca a iniciativa em prol da preservação:

A relevância de iniciativas como a do Repositório Digital Tatu está diretamente relacionada à importância que a informação e o conhecimento têm na sociedade contemporânea, hoje, ambos são facilitadores para que os indivíduos realizem seus objetivos, ou seja, indivíduos com menos informação têm menos recursos para a realização de suas metas. Os repositórios e bibliotecas digitais são iniciativas que pretendem contribuir para que um maior número de indivíduos tenha acesso à informação, auxiliando no exercício da cidadania e na diminuição das diferenças sociais. Cabe aqui fazer uma crítica quanto ao suporte digital, pois seu acesso não é universal, somente os indivíduos que já utilizam deste meio têm acesso a esses acervos digitais. A velocidade e efetividade do acesso à informação se liga diretamente à inclusão digital. Contudo, para que toda a sociedade possa ter acesso às informações disponíveis nos acervos digitais e, assim, produzir e disseminar conhecimentos, faz-se necessário democratizar o acesso, ou seja, incluir todos e todas nesta realidade digital. (RODRIGUES, 2020, p. 95)

Alguns dados ajudam a demonstrar a importância e alcance do trabalho que vem sendo realizado pelo Repositório Digital Tatu. Desde sua criação, em 30 de junho de 2018, data em que teve seu primeiro exemplar publicado, até completar um ano, houve o acúmulo de um total de 1.882 (mil oitocentos e oitenta e duas) visualizações de página, por 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) usuários visitantes, de 10 (dez) países diferentes, incluindo, além do Brasil, Estados Unidos, Canadá, Peru, França, Portugal, entre outros. No segundo ano de trabalho, o Repositório Digital Tatu somou um total de 15.486 (quinze mil quatrocentos e oitenta e seis) visualizações de página, por 1.940 (mil novecentos e quarenta) usuários, mantendo nos anos seguintes a média de visualizações. Outro dado importante está baseado em relatos de pesquisadores que, durante a pandemia da Covid-19, somente conseguiram manter suas pesquisas em andamento ou, até mesmo, iniciar e concluir trabalhos (no caso de mestrandos) por utilizar o acervo digitalizado.

Em finalização, cabe destacar que o trabalho realizado pelo Repositório Digital Tatu possui um caráter interdisciplinar, relacionado também ao perfil dos alunos de graduação, mestrado e doutorado que integram o grupo de pesquisa PHERA e que são a força produtiva e reflexiva do Repositório, contribuindo com conhecimentos e expertises das áreas da História, Arquivologia, Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação, em prol de um trabalho colaborativo, muitas vezes intuitivo e em processo de consolidação e constante aperfeiçoamento. Rodrigues (2020) contribui ao realizar um balanço geral sobre o trabalho do Repositório Digital Tatu:

Contudo, considerando as condições teóricas e técnicas que compõem o trabalho desenvolvido pelo Repositório Digital Tatu, é possível compreender que a iniciativa representa uma importante ferramenta interdisciplinar, interativa, acessível e inovadora que busca ser capaz de preservar as memórias da História da Educação, constituindo-se em um ambiente digital para a preservação da memória do ensino, que possibilita que obras impressas sejam armazenadas no formato digital, gerando grandes vantagens no acesso aos documentos por pesquisadores e público em geral. Assim, ao mesmo tempo em que o Repositório Digital Tatu desponta na direção de um ambiente apropriado para armazenar os documentos eletrônicos resultantes do processo de digitalização, contribuindo de forma direta para a divulgação do acervo e para a preservação dos originais – poupando-os dos desgastes causados pelo uso, ele também representa uma ferramenta para o ensino e para a pesquisa em História da Educação, a qual aproxima alunos e pesquisadores de suas fontes, criando alternativas para a pesquisa. Contribuindo para o fortalecimento de possíveis conhecimentos gerados a partir de fontes documentais, ainda não exploradas, ou, já bastante visitadas, como é o caso das Revistas do Ensino do rio Grande do Sul, mas que demonstram seu potencial em

proporcionar novos olhares e possibilidades de estudo e, assim, favorecendo a produção de novos conhecimentos. (Rodrigues, 2020, p. 101)

Considerações finais

As fontes documentais são a matéria prima do historiador que, mais do que interpretar dados, precisa lidar com os vestígios do passado preservados pelo tempo. A materialidade dos documentos históricos, nesse sentido, ganha centralidade, porque dela depende a viabilidade de pesquisas do campo da História da Educação. Por isso, muitas são as estratégias para a preservação e conservação dos documentos históricos, envolvendo profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia e, mais recentemente, da Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme o advento dos repositórios digitais e as estratégias de digitalização dos documentos.

Este artigo buscou realizar uma problematização sobre as fontes históricas e a necessidade de preservação e conservação, encontrando na digitalização uma estratégia viável, não somente para diminuir a necessidade de manuseio dos originais, como também para difusão e maior alcance dos documentos por pesquisadores de todo o mundo. Assim, oferta-se uma maior comodidade de acesso, tempo de contato com a fonte, sem os riscos de deterioração causados pelo manuseio. Ao mesmo tempo, buscou-se problematizar a questão da importância da materialidade das fontes para o pesquisador que precisa se interessar não somente pelo conteúdo dos documentos, mas também por suas características de produção, estado de conservação, contexto de localização, além de ter a garantia de que o documento digital não passou por nenhuma espécie de manipulação.

Com base na questão da materialidade, averiguou-se apresentar a proposta de oferta de extratos de materialidade dos documentos como uma estratégia que oferece aos pesquisadores o máximo possível de informações sobre o

documento original, por meio da sua ficha catalográfica. Assim, por mais que não possa tocar, manusear, cheirar ou descobrir o documento original, o pesquisador tem acesso a descrições atentas realizadas pela equipe responsável e treinada para a execução do processo de digitalização de cada documento.

Por fim, o trabalho realizado no Repositório Digital Tatu, vinculado à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Bagé, por meio do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA), foi apresentado e problematizado como uma forma de exemplificar a digitalização de fontes documentais históricas, mantendo os princípios do trabalho desenvolvidos por repositórios digitais temáticos e tendo atenção às demandas, necessidades e preocupações dos historiadores no trabalho de preservação e difusão de acervos históricos. O Repositório Digital Tatu apresenta-se, desse modo, como uma alternativa viável, de baixo custo e com potencial para ser replicada em diferentes contextos educacionais, sempre visando a digitalização de documentos capazes de interessar pesquisadores, assim como representar uma oportunidade para o desenvolvimento do ensino e extensão universitária.

Este artigo espera, então, ter sido capaz de problematizar as relações, desafios e tensões presentes no campo da História da Educação sobre a materialidade dos documentos e acervos históricos, bem como apresentar estratégias de preservação por meio dos acervos digitalizados.

Referências

BICA, Alessandro Carvalho; RODRIGUES, Tobias de Medeiros; GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. Tatu Magazine: Os modos de ser e fazer do Repositório Digital Tatu. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 23, p. 1-18, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/88290>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Repositórios digitais*. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/copy_of_repositorios-digitais. Acesso em: 15 set. 2022.

DE LUCA, Tania Regina. *Práticas de Pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2021.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural - a pesquisa em História da Educação*. São Paulo: Ática, 2010.

GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. *Perspectiva Ciência. Inf.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 159-167, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nFVvk53mcgMfypnkQF4hCzBh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

PIRES, Raquel Lopes; AMORIM, Sara Raphaela Machado de. História Digital e o ofício do Historiador: modos de ser e fazer no repositório da revista *Pour l'ère nouvelle*. *Holos*, v. 37, n. 8, p. 1-16, set. 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11773>. Acesso em: 15 set. 2022.

RODRIGUES, Tobias de Medeiros. *As contribuições do Repositório Digital Tatu da UNIPAMPA para a pesquisa e pesquisadores em história da educação*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 01-12.

SILVA, Sérgio Conde Albite. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos*

em arquivos e bibliotecas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

ZUCATTO, Andreza Caroline Possenti; RIBEIRO JÚNIOR, Divino Ignacio. Bibliotecas e repositórios digitais: reflexões, tecnologias e aplicações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. *Anais* [...] Belo Horizonte: SNBU, 2014. p. 1-20.

ZÚÑIGA, Solange Sette de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. *Registro*, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 71-89, jul. 2002. Disponível em: <https://ppgpat.coc.fiocruz.br/images/Editais/2021/ZIGA-Solange-Sette-G-de.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

Recebido em: 01 de outubro de 2022
Aprovado em: 21 de fevereiro de 2023